

Os capitalistas que paguem a crise!

11-Out-2008

O novo plano Paulson tal como o primeiro financiamento francês de um banco falido, o Dexia, mostram o que é a resposta capitalista para a crise: salvar o sistema salvando os ricos, pagando por ela as pessoas que obviamente não têm responsabilidade no desastre. Não à unidade nacional para salvar o capital! Texto de Olivier Besancenot para o Rouge, 8 de Outubro

A crise capitalista pode afectar qualquer pessoa: mais desemprego, salários reduzidos, famílias expulsas de suas casas, fome, destruição ambiental, tensões e guerras. A esquerda liberal está claramente associada ao sistema em crise e só a esquerda anticapitalista pode apresentar propostas concretas, imediatas, para fazer face às consequências da crise e proteger os mais fracos. Que o PS tenha aprovado o financiamento público do Dexia mostra que a sua recente conversão oficial para a economia de mercado não é uma palavra vã.

É preciso primeiro socializar o sistema financeiro. Temos de travar a especulação financeira. Isto pode ser feito através da criação de um imposto dissuasor sobre todas as transações, como um período de seis meses entre a compra e venda de valores mobiliários e, se necessário, a remoção de vendas títulos. Existe uma necessidade urgente de garantir a transparência das finanças, removendo qualquer sigilo bancário. Isto implica o fim dos paraísos fiscais, mesmo na Europa (Luxemburgo). Bancos nesses estados desonestos ficarão sujeitas a transparência, ou seja, com proibição de qualquer operação com os bancos da União Europeia.

Deve ser nacionalizados todos os grandes bancos e companhias de seguros, falidos ou não. Isto implica a nacionalização sem indemnização e sem subsequente venda de activos, a rejeição da nacionalização dos prejuízos antes de voltar aos lucros, a criação de um banco de serviço público sob controle da população, que teria como objectivo atrair poupanças, a mobilização de créditos para satisfazer necessidades sociais básicas determinadas pela comunidade, a extensão dos serviços públicos a nível europeu e a revogação da independência política do Banco Central Europeu para que as escolhas financeiras fiquem sob controlo democrático do povo e não permaneçam nas mãos de uma tecnocracia "de mercado".

Em seguida, é necessário acabar com o divino direito de propriedade capitalista. Temos de dar poder real aos trabalhadores na empresa, modificando o direito de propriedade, com a participação da representação dos trabalhadores nos processos de decisão. Isso implica o exercício do controle operário e a transparência dos registos contabilísticos. Trabalhando na fábrica, no escritório, dia após dia, muitas vezes ano após ano, criando riqueza, os trabalhadores têm uma longa experiência e ganharam o direito de exercer o seu poder. Se o proprietário recusar a partilha da propriedade, se se opõe ao controlo operário, exigimos a expropriação e a colocação da empresa em auto-gestão.

A redistribuição da riqueza é também necessária. Uma fonte da crise é o baixo poder aquisitivo. No futuro imediato, os trabalhadores não devem ser vulneráveis a uma crise que não é deles. Em matéria de emprego, exigimos a proibição de despedimentos e a nacionalização das empresas que corram o risco de fechar, com o relançamento da produção sob controle dos trabalhadores. Na verdade, estamos a nacionalizar os bancos para salvar os seus lucros. Em nome de quê recusamos nacionalizar as empresas para assegurar os postos de trabalho? Exigimos a manutenção do poder de compra dos salários, mediante a introdução de uma tabela progressiva que aumenta os salários automaticamente em função da inflação, 300 euros de aumento para todos e um aumento do salário mínimo líquido para 1 500 euros . Queremos a reabilitação do bem-estar social, compensações de desemprego dignas desse nome, o fim de todas as privatizações (incluindo La Poste), e a inversão das contra-reformas em curso no sistema público de pensões e de saúde.

Como financiar tudo isso? Nem um centavo deve sair do nosso bolso para pagar a crise do sistema capitalista. O imposto sobre transações financeiras deverá ser utilizado para esta finalidade. É necessária uma profunda reforma do

sistema fiscal, tributar os lucros capitalistas, incluindo medidas imediatas, que deveriam ser: do lado das despesas, retire todos os benefícios às empresas; do lado das receitas, recuperar os benefícios concedidos aos capitalistas (incluindo os 15 mil milhões decidido no início do mandato de Sarkozy), restabelecer uma taxa mais elevada sobre os lucros das empresas, aumentar o imposto sobre a riqueza e limitar as crescentes desigualdades na distribuição da riqueza.